



SUSTENTÁVEL
MATA
ATLÂNTICA

A EXPLORAÇÃO DE SEUS RECURSOS FLORESTAIS

ORGANIZADORES
LUCIANA LOPES SIMÕES
CLAYTON FERREIRA LINO



SUSTENTÁVEL MATA ATLÂNTICA

A EXPLORAÇÃO DE SEUS RECURSOS FLORESTAIS

Luciana Lopes Simões
Clayton Ferreira Lino

(organizadores)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sustentável Mata Atlântica : a exploração de seus recursos florestais / Luciana Lopes Simões, Clayton Ferreira Lino (organizadores). – São Paulo : Editora SENAC São Paulo, 2002.

ISBN 85-7359-244-3

1. Desenvolvimento sustentável 2. Mata Atlântica (Brasil) 3. Produtos florestais 4. Recursos naturais – Conservação I. Título.

02-0459

CDD-333.7517

Índices para catálogo sistemático:



ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS DO USO DOS RECURSOS FLORESTAIS DA MATA ATLÂNTICA

Antonio Carlos Diegues

O presente capítulo tem por objetivo analisar os componentes sociais e culturais do extrativismo dos recursos florestais no Domínio da Mata Atlântica, bem como fornecer indicações de como esses componentes poderiam ser mais bem integrados nas análises sobre o tema.

Nos itens 1 e 2 são apresentadas uma tipologia dos tipos de extrativismo, manejo e cultivo e uma breve descrição das diversas populações tradicionais que realizam o extrativismo como parte importante de seu modo de vida. Nos itens 3 e 4 apresenta-se um detalhamento do extrativismo, do conhecimento e do manejo tradicional dos ecossistemas da Mata Atlântica pelas populações tradicionais indígenas e não indígenas. No item 5 analisam-se aspectos socioculturais existentes nos demais capítulos, centrados no estudo da exploração das espécies florestais selecionadas pelo projeto Inventário dos Recursos Florestais da Mata Atlântica. Finalmente, são feitas algumas conclusões e recomendações no sentido de integrar os aspectos socioculturais em trabalhos posteriores sobre o tema em questão.

TIPOLOGIA DE EXTRATIVISMO

O extrativismo, no sentido amplo, inclui uma gama de atividades, desde a coleta de espécies nativas da mata até o manejo dessas espécies pelos pequenos produtores e o cultivo dessas espécies (ainda que este último não possa ser considerado, a rigor, uma atividade extrativista). Podem ser consideradas as seguintes atividades extrativistas:

Extrativismo-coleta

Realizado por pequenos produtores ou comunidades rurais como uma das várias atividades que compõem o leque de atividades rurais: pequena agricultura, pesca, coleta aquática etc.

No extrativismo-coleta, a atividade extrativista, em grande parte dos casos, não é a única, nem sempre a mais importante e que toma mais tempo nas atividades econômicas do pequeno produtor rural. Em muitos casos, no entanto, ela é fundamental na aquisição do dinheiro necessário à compra de produtos no mercado, transformando-se, às vezes, numa reserva de recursos da mata, que é explorada quando preciso.

O extrativismo-coleta é realizado por pessoas que participam de *modos de vida* próprios das culturas caiçara, caipira/cabocla, açoriana, de sertanejos e pescadores artesanais-jangadeiros residentes no Domínio da Mata Atlântica.

Essas populações não só conhecem esses recursos que extraem da Mata (cipós, ervas medicinais, pinhão, erva-mate, palmito etc.) como praticam, em muitos casos, o manejo tradicional, marcado pelas restrições oriundas de períodos do ano, fases da lua, locais etc. Quando essas comunidades humanas entram num período de desorganização social, segundo Mourão,¹ o extrativismo torna-se a atividade principal, respondendo exclusivamente a uma demanda do mercado. Nesses casos, o manejo baseado nas restrições acima referidas perde sua força cultural, ocorrendo um extrativismo não sustentável.

Esse extrativismo pode ser realizado nas pequenas propriedades, em terras de uso comum, geralmente terras devolutas ou ecossistemas tais como manguezais e caxetais, identificados como de domínio público. O extrativismo raramente é uma atividade única ou especializada. O importante nessa alternativa é que esse extrativismo se realiza no interior do remanescente da Mata Atlântica e está profundamente inserido no modo de vida de populações como a caiçara e a caipira/cabocla.

Quando, todavia, ocorre uma especialização, pela qual o produtor passa a depender quase exclusivamente da atividade extrativista, pode haver uma alteração brusca do complexo calendário de atividades tradicionais em que aquelas mais ligadas à subsistência (por exemplo, roça ou pesca) podem ser abandonadas, ficando o extrator cada vez mais dependente das flutuações de mercado.

Uma parte desse extrativismo pode ser também realizada de forma ilegal, sendo que uma parte dessa população extrativista pode morar em

¹ F. Mourão, *Os pescadores do litoral sul do estado de São Paulo* (São Paulo: USP, 1971).

bairros semi-urbanos ou periurbanos. Um exemplo dessa atividade ilegal é a dos palmiteiros.

Um dos grandes problemas dessa forma de extrativismo é que, em geral, os extrativistas não têm a posse legal da terra; por exemplo: comunidades caiçaras e o extrativismo da caxeta, do mangue, de ervas medicinais, palmito, plantas ornamentais, samambaias etc.

Nessa forma de extrativismo, como já dito, o produto extraído é somente um dos componentes da renda familiar, em geral responsável por parte da renda monetária desses pequenos produtores. Além disso, ele gera também uma parte da renda não monetarizada. Um exemplo é a extração de ervas medicinais, usadas tanto como remédio como em rituais, tais como no candomblé.

Extrativismo manejado

Pode ser considerado uma etapa mais elaborada do extrativismo, em que se realiza uma gestão baseada em práticas tradicionais ou em práticas fundamentadas num enfoque técnico-científico, este último em geral introduzido por técnicos. O extrativismo manejado pode ser realizado por processos como adensamento, introdução de outras espécies etc. Ainda que possa continuar sendo realizada no interior da mata, como o palmiteiro manejado, essa modalidade pode ser feita fora da cobertura vegetal original, em quintais onde se reúnem várias espécies, por exemplo, de ervas medicinais.

O extrativismo manejado pode ser realizado no âmbito das comunidades tradicionais ou de pequenos produtores rurais. Dado o investimento a ser feito, muitas vezes em trabalho e conhecimento especializado, o produtor tende a adotá-lo quando tiver a terra regularizada legalmente, sob a forma de propriedade particular ou reserva extrativista. Tanto no extrativismo-coleta como no manejado, algumas dessas espécies podem ser consideradas localmente como reservas de recursos a ser coletados e comercializados no caso da necessidade de dinheiro.

Cultivo

O cultivo de espécies não madeiras da Mata Atlântica é em geral realizado por produtores especializados ou por firmas. Em ambos os casos,

esse cultivo tende a ser feito fora da mata, por exemplo, em estufas, que requerem investimento e práticas especializadas, e em que muitas vezes se utiliza a reprodução em laboratório (clonagem). Nesse caso, o produtor tem a posse da terra garantida legalmente. É o caso da erva-mate cultivada ou de orquídeas, bromélias e ervas medicinais. A totalidade da produção é comercializada, ao contrário do extrativismo-coleta, cujos recursos são, muitas vezes, utilizados diretamente pelos pequenos produtores e comunidades locais.

Tipos de extrativismo/manejo/cultivo e sua relação com a Mata Atlântica

Sistemas extrativistas/cultivo	Relação com a Mata Atlântica
Extrativismo-coleta	Direta, no interior da Mata
Manejo extrativista	No interior da Mata ou em área adjacente
Cultivo	Em geral, em área adjacente ou exterior à Mata

AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA MATA ATLÂNTICA E O EXTRATIVISMO

O extrativismo-coleta e, em alguns casos, o manejo são realizados por pequenos produtores que fazem parte das populações tradicionais da Mata Atlântica, tanto indígenas como não indígenas.

As populações tradicionais não indígenas

As atividades extrativistas são, em grande parte, exercidas pelos pequenos produtores rurais e comunidades conhecidas como tradicionais, pois têm seu modo de vida, em grande parte, associado ao uso e manejo dos recursos naturais exercidos ao longo de sua permanência histórica na Mata Atlântica e ecossistemas associados, que incluem mangues, restingas e zonas costeiras. Dentre esses grupos culturais – alguns totalmente inseridos na Mata Atlântica, outros apenas parcial ou tangencialmente a esse Domínio –, destacam-se os seguintes:

Caiçara

Entende-se por *caiçaras* aquelas comunidades formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portu-

gueses e, em menor grau, dos escravos africanos. Os caiçaras apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Essa cultura desenvolveu-se principalmente nas áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina. Alguns autores² consideram que as comunidades caiçaras se formaram nos interstícios dos grandes ciclos econômicos do período colonial, fortalecendo-se quando essas atividades voltadas para a exportação entraram em declínio. A decadência dessas atividades, principalmente as agrícolas, incentivou as atividades de pesca e coleta em ambientes aquáticos, principalmente os de água salobra, como estuários e lagunas. No interior desse espaço caiçara surgiram cidades como Parati, Santos, São Vicente, Iguape, Ubatuba, Ilhabela, São Sebastião, Antonina, Paranaguá, que em vários momentos da história colonial funcionaram como importantes centros exportadores. As comunidades caiçaras sempre mantiveram com essas cidades, em maior ou menor intensidade, contatos e intercâmbio econômico e social, também dependendo delas para o provimento de bens não produzidos nos sítios e nas praias. Esse contato se manteve por vias terrestre (caminhos), fluvial e marítima, tendo-se destacado, do século XIX até as primeiras décadas do século XX, as chamadas *canoas de voga*, onde se transportavam produtos agrícolas, peixe seco, aguardente etc.

A maioria desses centros e áreas rurais litorâneas correspondentes entrou em decadência no final do século XIX, principalmente com o fim da escravatura, levando ao declínio determinadas atividades agrícolas de exportação, como o arroz. As comunidades caiçaras mantiveram sua forma tradicional de vida até a década de 1950, quando as primeiras estradas de rodagem interligaram as áreas litorâneas com o planalto, ocasionando o início do fluxo migratório.

As comunidades caiçaras passaram a chamar a atenção de pesquisadores e de órgãos governamentais mais recentemente em virtude das ameaças cada vez maiores à sua sobrevivência material e cultural e pela contribuição histórica que essas populações têm dado à conservação da biodiversidade, por meio do conhecimento sobre a fauna e a flora e os sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais de que dispõem.

² *Ibidem*; A. Diegues, *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar* (São Paulo: Ática, 1983).

Essas comunidades encontram-se hoje ameaçadas em sua sobrevivência física e material por uma série de processos e fatores.

Uma das ameaças a essas comunidades e ao exercício de suas atividades tradicionais provém do avanço da especulação imobiliária, iniciada já nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo com a construção de residências secundárias ao longo do litoral. A especulação imobiliária privou uma grande parte dos caiçaras de suas posses nas praias, obrigando-os tanto a trabalhar como caseiros, pedreiros, quanto a mudar suas casas para longe de seu lugar de trabalho, dificultando as atividades pesqueiras. Além disso, o turismo de massa, sobretudo no litoral norte do estado de São Paulo, contribui para a desorganização das atividades tradicionais, criando uma nova estação ou safra nos meses do verão, quando muitos caiçaras se transformam em prestadores de serviços.

Outro processo responsável pela desorganização da cultura caiçara é o fato de uma grande parte de seu território ter se transformado em áreas naturais protegidas. Essa transformação de seu espaço de reprodução material e social em parques e reservas naturais resultou em graves limitações a suas atividades tradicionais de agricultura itinerante, caça, pesca e extrativismo, contribuindo para a emergência de conflitos com os administradores dessas unidades de conservação e para uma migração ainda maior para as áreas urbanas, onde os caiçaras expulsos de seus territórios passaram a viver em verdadeiras favelas e fadados ao desemprego e subemprego.

Apesar das restrições ambientais e do reduzido acesso às áreas de extrativismo, as comunidades caiçaras ainda hoje são dependentes dessa atividade, exercida tanto na mata quanto nos estuários e no mar.

Um estudo realizado pelo Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (Nupaub)³ mostra que, dos trabalhos publicados sobre caiçaras, de um total de 104, cerca de 63,5% indicam ser o extrativismo uma atividade realizada por essa população tradicional. Além disso, cerca de 23% dos trabalhos indicam a importância das ervas medicinais nessa cultura. O extrativismo caiçara se dá, de um lado, no mar, em restingas e estuários e está associado à pesca e à coleta de

³ A. Diegues & R. Arruda, *Comunidades tradicionais e biodiversidade*, relatório (São Paulo: MMA/Nupaub, 1999).

crustáceos e moluscos, e, de outro lado, na mata. Nesta última, um grande número de espécies de árvores, arbustos, flores, frutos, cipós e frutas é utilizado para uso tanto doméstico quanto comercial. Com os recursos florestais são fabricados equipamentos de pesca, instrumentos de lida na lavoura, de uso doméstico e artesanato, este último para venda. Alguns desses equipamentos e instrumentos são fabricados pelos homens, ao passo que outros itens, que incluem cestarias, cerâmicas, remédios caseiros, são, em grande parte, responsabilidade feminina.

Os jangadeiros

Os jangadeiros são, essencialmente, pescadores marítimos que habitam a faixa costeira situada entre o Ceará e o sul da Bahia, pescando com jangadas. Para efeito deste relatório, apesar dessa área geográfico-cultural, chamada por Maynard de *jangada* em oposição à área litorânea sulina, chamada por ele de *ubá* (canoa de um tronco só), muitos dos trabalhos coletados e analisados se referem à pesca com canoas, nos estuários dessa região, ou com botes, que muitas vezes sucederam as jangadas, sobretudo a partir dos anos 1950 no Nordeste.

Apesar de a jangada ser utilizada pelos índios brasileiros (chamada *peri-peri*), a embarcação que hoje conhecemos, utilizando vela e leme para a pesca em alto-mar, foi fruto de várias adaptações introduzidas pelos europeus e pelos africanos. Já no início do século XVI existem registros de que essas embarcações eram utilizadas para a pesca pelos escravos africanos na capitania de Pernambuco.⁴ Até a década de 1950 havia no Nordeste um número maior de jangadas do que botes e lanchas a motor, mas a partir dessa década o número de jangadas e de jangadeiros começou a diminuir principalmente em virtude da dificuldade em se encontrar o pau-de-balsa (piúba) de que eram feitas jangadas. Nas décadas de 1970 e 1980 começam a surgir as jangadas feitas de tábua, que passam a substituir gradativamente as de pau. Hoje pode-se constatar que somente em alguns lugares, como no sul da Bahia, onde ainda se encontram áreas de mata nativa, encontra-se o pau-de-jangada.

⁴ A. T. Silva et al., *As várzeas ameaçadas: um estudo preliminar das relações entre comunidades humanas e os recursos naturais da Várzea da Marituba no rio São Francisco (Alagoas)* (São Paulo: Nupaub/USP, 1990).

Os jangadeiros utilizam as *jangadas de alto* para pesca em alto-mar, ao passo que os paquetes e botes, pequenas jangadas, servem para a pesca costeira e estuarina.

Esses pescadores detêm um grande conhecimento da arte de navegação e identificação dos locais de pesca situados longe da costa pelo sistema de triangulação pelo qual linhas imaginárias são traçadas a partir de acidentes geográficos situados no continente. Também os vários ambientes pesqueiros são definidos a partir de determinadas características ecológicas e nomeados localmente como tassos, corubas, altos e rasos, segundo a profundidade em que se situam as rochas onde se pesca com linha de mão. Os jangadeiros têm demonstrado um grande conhecimento da diversidade das espécies de pescado que capturam, conhecendo a sazonalidade, os hábitos migratórios e alimentares de um grande número de peixes, sobretudo os de fundo.

Essas comunidades de jangadeiros ainda são importantes em certas áreas, como o litoral do Ceará, onde pescam principalmente a lagosta, e na costa do Rio Grande do Norte, onde, além da lagosta, pescam outros peixes com a ajuda de redes.

As comunidades de jangadeiros sofrem hoje a concorrência dos pescadores de botes motorizados e também os impactos do turismo, principalmente o de residência secundária.

Em estados como o Ceará, mas de forma geral nos demais estados nordestinos, os jangadeiros vêm perdendo o acesso às praias, uma vez que suas posses nesses locais estão sendo compradas ou expropriadas pelos veranistas que aí constroem suas residências secundárias.

As atividades em terra são menos importantes que a pesca para essas comunidades de pescadores marítimos. No entanto, extraem dos coqueiros uma fonte complementar de renda, realizando também, algumas vezes, roças de mandioca, da qual extraem a farinha.

O extrativismo baseia-se principalmente nas espécies de palmeiras das quais se retiram fibras para confecção de instrumentos de lida, tanto na pesca quanto na vida doméstica. O artesanato voltado para a venda é uma atividade principalmente feminina, baseado não só em cestaria, mas também em bordados.

No estudo de Diegues e Arruda⁵ constata-se que somente 24,4% dos trabalhos sobre jangadeiros mencionam atividades extrativistas fora da pesca e 11% citam o uso de ervas medicinais.

Sertanejos/vaqueiros

Os sertanejos/vaqueiros ocupam a orla descontínua úmida do agreste bem como as enormes extensões semi-áridas das caatingas. Mais além, penetrando no Brasil Central, elevam-se em planalto como campos cerrados que se estendem por milhares de quilômetros quadrados. Toda essa área se compõe de vegetação rala, confinada de um lado pela floresta da costa atlântica e do outro pela floresta Amazônica, e fechada ao sul por zonas de matas e campinas naturais.

No agreste, depois nas caatingas e por fim nos cerrados desenvolveu-se economia pastoril associada à produção açucareira como fornecedora de carne, couro e bois de serviço.

As atividades pastoris, nas condições climáticas dos sertões cobertos de pastos pobres e com extensas áreas sujeitas a secas periódicas, conformaram não só a vida, mas a própria figura do homem e do gado. Assim associados, multiplicando-se, o gado e os homens foram penetrando terra adentro, até ocuparem, ao fim de três séculos, quase todo o sertão interior. No curso desse movimento de expansão todo o sertão foi sendo ocupado e cortado por estradas abertas pela batida das boiadas. Estas marchavam de pouso em pouso, que se transformariam mais tarde em vilas e cidades, célebres como feiras de gado, vindo de imensas regiões circundantes. Mais tarde, as terras mais pobres dos carrascais, onde o gado não podia se desenvolver, foram dedicadas à criação de caprinos, cujo couro encontrou amplo mercado. Esses caprinos, crescendo junto com o gado, transformam-se mais tarde na única provisão de carne ao alcance do vaqueiro. Assim, os currais se fizeram criatórios de gado, de bode e de gente: os bois para vender, os bodes para consumir, os homens para emigrar.⁶

⁵ A. Diegues & R. Arruda, *op. cit.*

⁶ Rachel de Queiroz, "Sertão, sertanejo", em Monteiro, S. & Vaz, L., *Caatinga, sertão, sertanejo* (Rio de Janeiro: Alumbamento/Livroarte, 1994).

Em Diegues e Arruda,⁷ cerca de 29,6% dos trabalhos descrevem o extrativismo como atividade exercida por essa população.

Os caipiras

Os caipiras são, hoje, em grande parte sitiantes, meeiros e parceiros que sobrevivem precariamente em nichos entre as monoculturas do Sudeste e Centro-Oeste, em pequenas propriedades em que desenvolvem atividades agrícolas e de pequena pecuária, cuja produção se dirige para a subsistência familiar e para o mercado.

Para Darci Ribeiro,⁸ a área cultural caipira é um modo de vida que se difunde paulatinamente a partir das antigas áreas de mineração e dos núcleos de produção artesanal e de mantimentos que a supriam de manufaturas, de animais de serviço e outros bens. Esparramou-se, ainda segundo Darci Ribeiro, por toda a área florestal e campos naturais do centro-sul do país, desde São Paulo, Espírito Santo e estado do Rio de Janeiro, na costa, até Minas Gerais e Mato Grosso. O único recurso com que conta essa economia decadente é a vasta mão-de-obra desocupada e terras virgens despovoadas e sem valor. Com essa base, instala-se uma economia natural de subsistência, dado que a comercialização era limitada. Difunde-se, desse modo, uma agricultura itinerante, a derrubar e queimar novas glebas de mata para a roça, combinada com a caça, pesca e coleta. Dada a dispersão do povoamento, há de um lado a existência de famílias vivendo isoladas e, de outro, alguns bairros rurais.

Essas populações desenvolvem formas de convívio e ajuda mútua nas atividades agrícolas, bem como formas de religiosidade peculiares, em torno de capelas e igrejas, onde em domingos e feriados é reverenciado o santo padroeiro.

Esse mundo caipira é desarticulado pelo advento da monocultura de café e cana, no centro-sul, e pelas fazendas de gado, assim como pela urbanização crescente e pela luta e grilagem das terras. A pequena propriedade caipira acabou, em grande parte, sendo incorporada pela grande propriedade, e somente conseguiu subsistir em nichos onde a mecani-

⁷ A. Diegues & R. Arruda, *op. cit.*

⁸ Darci Ribeiro, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (São Paulo: Cia. das Letras, 1995).

zação agrícola não pôde avançar, como nas áreas montanhosas da Mata Atlântica e da serra do Mar.

Em Diegues e Arruda,⁹ cerca de 62% das publicações pesquisadas sobre caipiras revelam a existência do extrativismo, ao lado das atividades agrícolas e artesanais, apesar da redução constante da área florestada nas pequenas propriedades rurais. Cerca de 31% desses trabalhos falam do uso de ervas medicinais pelos caipiras.

Os açorianos

São descendentes dos imigrantes açorianos e também dos madeirenses e portugueses continentais, que se estabeleceram no litoral catarinense e rio-grandense a partir de meados do século XVIII, guardando traços culturais próprios, fruto da miscigenação com negros e índios. Esses colonos eram agricultores e pescadores em seus lugares de origem e, quando se fixaram no litoral sul do Brasil, também passaram a combinar a agricultura com a pesca. Segundo Franklin Cascaes,¹⁰ os açorianos começaram a pescar tainha entre maio e agosto, quando abandonavam suas atividades agrícolas para se dedicar à pesca. Como grande parte deles vivia isolada, de início garantiu sua subsistência emprestando técnicas e espécies cultivadas dos indígenas, como a mandioca. O óleo para iluminação era retirado de peixes e baleias. As igrejas eram o ponto de encontro, para onde iam aos domingos, usando carroças e carros de boi.

Na pesca, ainda no século XVIII, eles se dedicaram à captura da baleia, com uma embarcação chamada baleeira, que se tornou fundamental também para os outros tipos de pesca realizados até hoje.

Essa situação começou a se alterar na metade do século XX com a expansão urbana de Florianópolis e da orla marítima entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A partir desse momento começou uma especialização nas atividades pesqueiras, em detrimento da agricultura, apesar de que, até recentemente, na maioria das vezes, os açorianos exerciam conjuntamente a pesca e a lavoura. Esta última é o domínio do trabalho da mulher, principalmente no preparo da farinha de mandioca, e a pesca é domínio masculino.

⁹ A. Diegues & R. Arruda, *op. cit.*

¹⁰ F. Cascaes, *O fantástico na ilha de Santa Catarina* (Florianópolis: Editora da UFSC, 1989).

Os pescadores de origem açoriana ficaram conhecidos como excelentes profissionais da pesca, migrando sazonalmente entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, onde eram conhecidos como pescadores-andorinhas. Muitas artes de pesca novas foram introduzidas por esses pescadores nos locais para onde migravam em suas campanhas. A partir de 1970, a indústria de pesca ganhou grande impulso em Santa Catarina, com a política de incentivos fiscais. No entanto, em menos de dez anos fizeram-se sentir os sinais da sobrepesca e algumas dessas empresas catarinenses migraram para outros lugares, como o litoral norte amazônico, levando seus barcos e pescadores. No litoral catarinense ficaram sobretudo as comunidades de açorianos que se dedicam à pequena pesca, e mais recentemente ao cultivo de mexilhão.

As décadas de 1970 e 1980 também trouxeram outras mudanças importantes no litoral catarinense, com a introdução do turismo e das residências secundárias. Muitos desses pescadores, como resultado da expansão urbana e da diminuição dos estoques, transferiram-se para o setor de serviços, atendendo ao grande contingente de turistas nacionais e estrangeiros que passam a temporada de verão no litoral catarinense e rio-grandense.

Em Diegues e Arruda,¹¹ cerca de 40% das publicações revelam que os açorianos praticam o extrativismo.

Varjeiros (ribeirinhos não amazônicos)

Varjeiros ou varzeiros são consideradas aquelas populações tradicionais que vivem às margens dos rios e várzeas, sobretudo às margens do rio São Francisco. Essa denominação é também aplicada a ribeirinhos e caboclos de outros rios, como o Paraná.

O rio São Francisco e sua gente foram descritos já por Saint-Hilaire, no início do século XIX,¹² e por Spix e Martius, também nesse período.¹³

O livro clássico sobre os varjeiros do São Francisco é o de Donald Pierson,¹⁴ em que descreve o modo de vida dos varjeiros, que combinava

as atividades agrícolas (principalmente o plantio do arroz), extrativistas da mata (de onde retiravam mel, ervas medicinais e madeira para as célebres canoas – ubás – e barcas, movidas a remo e a vela) e também as atividades de pesca, pecuária e cerâmica. Anterior ao trabalho de Pierson, é necessário citar a obra de Von Ihering,¹⁵ que na década de 1930 percorreu o rio São Francisco, e descreve sobretudo as atividades pesqueiras.

Em 1978, Mangabeira Unger escreveu *Sertão do Velho Chico*.¹⁶ Em 1991, Zaroni Neves apresentou sua dissertação de mestrado,¹⁷ em que descreve a herança social dos remeiros e lameiros que navegavam com as canoas e barcas, bem como o conhecimento que tinham do rio e de seus recursos naturais.

Outro conjunto de trabalhos diz respeito aos varjeiros do Baixo São Francisco, próximo à foz do rio. Esses trabalhos abordam as transformações por que passa o rio depois da construção das hidrelétricas e seu impacto sobre o modo de vida dos varjeiros. Tania Elias Alves¹⁸ enfoca as transformações em duas comunidades de varjeiros a partir das alterações no regime hídrico, do avanço da cana-de-açúcar e do arroz irrigado implantado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) em áreas vizinhas. José Geraldo Marques¹⁹ faz uma análise do conhecimento dos varjeiros da Marituba sobre os recursos naturais dentro da perspectiva da etnoictiologia e da etnobotânica.

No entanto, os caboclos ribeirinhos existem em outras áreas do Brasil, como o rio Ribeira de Iguape, o Paraná, o Tietê e outros, mais diretamente incluídos no Domínio da Mata Atlântica.

Em Diegues e Arruda,²⁰ constata-se que cerca de 40,0% dos trabalhos sobre essa população revelam a existência de atividades extrativistas e que 35,5% indicam o conhecimento e o uso de ervas medicinais.

¹⁵ R. von Ihering, *Ciência e belezas nos sertões do Nordeste* (Fortaleza: Ministério do Interior, 1983).

¹⁶ R. M. Unger, *Sertão do Velho Chico* (s/l.: s/ed., 1978).

¹⁷ E. R. Zaroni Neves, *Os remeiros do rio São Francisco: trabalho e posição social*, tese de doutorado (Campinas: Unicamp/Dep. Antropologia, 1991).

¹⁸ A. T. Silva et al., *op. cit.*

¹⁹ J. G. Marques, *Pescando pescadores: etnoecologia abrangente do Baixo São Francisco alagoano* (São Paulo: Nupaub/USP, 1992).

²⁰ A. Diegues & R. Arruda, *op. cit.*

¹¹ A. Diegues & R. Arruda, *op. cit.*

¹² A. de Saint-Hilaire, *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás* (São Paulo: Nacional, 1937).

¹³ Spix & Martius, *Viagem pelo Brasil (1817-1820)* (São Paulo: Melhoramentos, 1968).

¹⁴ D. Pierson, *O homem do Vale do São Francisco* (Rio de Janeiro: Ministério Interior/Suval, 1972).

Os quilombolas

Os quilombolas são descendentes dos escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas pelos antigos grandes proprietários. Apesar de existirem, sobretudo após o fim da escravatura, no final do século XIX, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, em geral, não possuem escritura. A Constituição de 1988 garantiu seu direito sobre a terra da qual vivem, em geral de atividades vinculadas à pequena agricultura, ao artesanato, ao extrativismo e à pesca, segundo as várias regiões em que se situam. Assim os quilombos da Amazônia, muitas vezes situados ao longo dos rios e igarapés, garantem sua subsistência com a pequena pesca, o extrativismo e a pequena agricultura. Em outras regiões, as atividades são quase exclusivamente agrícolas.

Apesar de alguns trabalhos de pesquisa terem sido feitos antes da década de 1980, a maioria deles é mais recente e surgem no bojo da luta pela afirmação dos quilombolas como um grupo que apresenta uma cultura e uma história particulares, marcadas pela influência negra não só nas atividades agrícolas como também nas religiosas.

Em Diques e Arruda,²¹ constata-se que cerca de 72,0% dos trabalhos analisados revelam a prática do extrativismo pelos quilombolas e 22,2% indicam também o conhecimento e uso de ervas medicinais.

O pastoreio (campeiro)

O termo pastoreio, utilizado por Darci Ribeiro,²² refere-se à população sulina dos gaúchos que vivem nos pampas e coxilhas sulinas. No interior do Rio Grande do Sul existe uma expressiva região campestre com cerca de 60 mil km², formando, em termos gerais, os pampas gaúchos, que podem ser divididos em duas regiões: a planície gaúcha – os pampas verdadeiros que ocupam uma parte considerável do nordeste da Argentina – e as coxilhas – uma paisagem marcada por montanhas baixas, intercaladas por vales, com vegetação campestre entremeada por pequenos capões florestais.

²¹ *Ibidem.*

²² Darci Ribeiro, *op. cit.*

Os gaúchos constituem-se num grupo pastoral de cavaleiros e trabalhadores rurais vinculados à pecuária extensiva da região do pampa, vivendo no local onde trabalham, nas grandes estâncias voltadas à produção de gado de corte e de lã. As famílias vivem em pequenos vilarejos, identificados como *las casas*, nos limites das grandes propriedades rurais.

Eles são fruto da miscigenação entre os habitantes originais, os guaranis, e os colonizadores espanhóis e portugueses, especializando-se na exploração do gado, alçado e selvagem, que se multiplicava muito nas pradarias naturais das duas margens do rio da Prata. Darci Ribeiro²³ descreve esses gaúchos como uniformizados culturalmente pelas atividades pastoris, bem como pela unidade de língua, costumes e usos comuns, tais como o chimarrão, o tabaco, a rede de dormir, a vestimenta peculiar – o poncho –, as boleadeiras e laços de caça e de rodeio, as candeias de sebo para alumiar e toda a tralha de montaria e pastoreio feita de couro cru, aos quais se acrescentaram as carretas puxadas por bois, os hábitos de consumo do sal como tempero, da aguardente e do sabão e a utilização de artefatos de metal.

Deu-se então uma divisão social em que, de um lado, existe o estancieiro, com sua casa confortável e, de outro, o peão gaúcho, que mora na palhoça, tomando conta do gado. Hoje, muitos deles deixaram as estâncias, mudando-se para os terrenos baldios. Transformam-se assim os gaúchos em reserva de mão-de-obra, em que o estancieiro recruta os homens de que necessita quando vai bater os campos, esticar um aramado ou nas épocas de tosquia. Ainda segundo Darci Ribeiro,²⁴ parte deles se fazem lavradores de terrenos alheios, ainda não engolidos pelo pastoreio, pelo regime de parceria. São os autônomos rurais do Sul contrapostos à peonagem das estâncias.

A população das rancharias compõe-se, ainda segundo esse autor, de velhos desgastados nas lidas pastoris ou na parceria, e de crianças que se iniciam nas mesmas labutas. A maior parte da gente jovem migra para outras áreas rurais, dentro e fora do estado.

Em Diques e Arruda²⁵ existe um número muito reduzido de publicações sobre essa população, mas ainda aí se revela a existência do extrativismo em 50% dos estudos realizados.

²³ *Ibidem.*

²⁴ *Ibidem.*

²⁵ A. Diques & R. Arruda, *op. cit.*

Os pescadores

Essa categoria de população tradicional está espalhada pelo litoral, pelos rios e lagos e tem um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. Apesar de poderem, sob alguns aspectos, ser considerados uma categoria ocupacional, os pescadores, particularmente os chamados artesanais, apresentam um modo de vida particular, sobretudo aqueles que vivem das atividades pesqueiras marítimas. Frequentemente, mesmo alguns grupos como os jangadeiros e praieiros identificam-se primordialmente como pescadores. Alguns deles, mesmo vivendo em espaços e lugares definidos neste trabalho como os de jangadeiros e caiçaras, são classificados como pescadores. Por exemplo, mesmo na região costeira, onde historicamente se concentraram os jangadeiros, existem pescadores que não utilizam jangada e sim canoas em estuários, lagunas e rios. Nesse caso, foram classificados com o termo mais genérico de jangadeiros. O mesmo se aplica aos que utilizam os botes – embarcações que frequentemente substituíram as jangadas – no Nordeste.

No trabalho de Diegues e Arruda,²⁶ consta que, dos trabalhos analisados, cerca de 25,8% deles revelam a existência do extrativismo, além das atividades pesqueiras.

Os sitiantes

À semelhança da categoria dos pescadores, a dos sitiantes é bastante ampla, cobrindo aquelas populações que, apesar de basearem seu modo de vida na agricultura, desempenham também outras atividades complementares, como a pesca, o artesanato, o trabalho assalariado. Podem ser considerados pequenos produtores rurais, morando em pequenas propriedades rurais – os sítios –, nos interstícios da grande propriedade ou em bairros rurais, como aqueles descritos por Maria Isaura P. de Queiroz, no caso paulista.

²⁶ *Ibidem.*

Em algumas regiões eles se confundem com os caipiras ou caboclos. Em alguns estudos essas populações aparecem como caboclos-sitiantes ou sitiantes-caipiras, ou ainda pescadores-sitiantes. Ainda que muitos deles dediquem parte de sua produção, sobretudo a agrícola e a da pequena pecuária, para o consumo familiar, eles estão também intimamente vinculados ao mercado, para o qual dirigem parte importante de sua produção. São também dependentes de fragmentos de mata, quando existe em sua propriedade, para a retirada do mel, de ervas medicinais, cipós e fibras para o artesanato, barro para a cerâmica etc.

A mão-de-obra dos sítios é principalmente familiar, apesar de, em alguns momentos do ciclo agrícola, utilizarem alguma força de trabalho assalariada ou, ainda, em alguns poucos casos, cada vez mais raros, a cooperação dos vizinhos, por meio do mutirão. Nessa categoria, muitas vezes também podem ser incluídos os posseiros e meeiros.

Em Diegues e Arruda,²⁷ cerca de 50,0% das publicações indicam o extrativismo como atividade complementar no modo de vida dos sitiantes e que 35,7% deles possuem o conhecimento e fazem uso de ervas medicinais.

As populações tradicionais indígenas da Mata Atlântica

Entre os principais grupos indígenas residentes no Domínio da Mata Atlântica podem-se citar: Guarani, Kaingang, Xoclog, Pataxó, Tupiniquim, Krenak e Terena.

EXTRATIVISMO DE ESPÉCIES COLETADAS PELAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NÃO INDÍGENAS DA MATA ATLÂNTICA

As comunidades tradicionais não indígenas e o extrativismo

Na tabela 1 estão resumidos os dados sobre extrativismo, analisados a partir das publicações feitas sobre populações tradicionais não indígenas que constam do trabalho de Diegues e Arruda.²⁸ Na tabela constata-se

²⁷ *Ibidem.*

²⁸ *Ibidem.*

que, dos 104 trabalhos analisados sobre *caiçaras*, cerca de 63,5% falam sobre extrativismo (botânica de espécies coletadas) e 23% revelam que esse grupo possui conhecimento e faz uso de espécies medicinais. O extrativismo é uma atividade também muito importante nos trabalhos sobre quilombolas (72,2%), que possuem o conhecimento e fazem uso de ervas medicinais em 22,2% dos casos. Esse trabalho mostra também que o extrativismo é uma atividade importante entre os caipiras (62,1%), ribeirinhos não amazônicos/caboclos (41,2%) e sitiantes (50,0%). Além disso, mais de 30% dos trabalhos sobre essas três populações tradicionais possuem conhecimento e fazem uso de espécies medicinais.

Tabela 1 – Grupos de populações tradicionais não indígenas da Mata Atlântica e publicações relativas à atividade extrativista

Tipo de populações tradicionais	Nº de publicações/%*		Total publicações/população
	Extrativismo Bot. Esp. coletadas	Farmacologia/ervas medicinais	
Açorianos	4	1	10
	40,0	10,0	
Caiçaras	66	24	104
	63,5	23,1	
Caipiras	18	9	29
	62,1	31,0	
Jangadeiros	11	5	45
	24,4	11,1	
Pastoreio	2	0	4
	50,0	0,0	
Pescadores	8	5	31
	25,8	16,1	
Quilombolas	13	4	18
	72,2	22,2	
Rib. não-amaz.	7	6	17
	41,2	35,3	
Sertanejos	8	3	27
	29,6	11,1	
Sitiantes	7	5	14
	50,0	35,7	
TOTAL	144	62	299
	48	21	

* Porcentagem relativa ao total de publicações de cada população.

Fonte: A. Diegues & R. Arruda, *Comunidades tradicionais e biodiversidade*, relatório (São Paulo: MMA/Nupaub, 1999).

Populações tradicionais indígenas e o extrativismo

Analisando-se os principais grupos indígenas da Mata Atlântica, sobre os quais há trabalhos publicados, constata-se que 50,0% e 37,5% dos trabalhos sobre os Guarani e Kaingang, respectivamente, indicam que esses grupos possuem conhecimento e praticam manejo tradicional.

Pela tabela 2, nota-se que mais de 60,0% dos trabalhos sobre populações indígenas indicam a presença de atividades extrativistas. Além disso, observa-se que mais de 50,0% dos índios Kaingang e Terena fazem uso de ervas medicinais.

Tabela 2 – Extrativismo e farmacologia entre as populações tradicionais indígenas

Populações indígenas	Nº de publicações/%*		Total de publicação por população
	Extrativismo	Farmacologia	
Guarani (MS/SP/RJ/PR ES/SC/RS/Paraguai)	6	2	8
	75,0	25,0	
Kaingang (SP/PR/SC/RS)	5	4	8
	62,5	50,0	
Pataxó (BA)	1	0	2
	66,7	33,3	
Terena (MS)	0	1	2
	0,0	50,0	
Pataxó Hã-Hã-Hãe (BA)	1	0	1
	100,0	0,0	
Tupiniquim (ES)	0	0	1
	0,0	0,0	
Xokleng (SC)	1	1	1
	100,0	100,0	
Krenak (MG)	0	0	0
	-	-	
Total	14	8	23
	60,9	34,8	

* Porcentagem relativa ao total de publicações de cada população.

Fonte: A. Diegues & R. Arruda, *op. cit.*

O CONHECIMENTO TRADICIONAL E O MANEJO EXTRATIVISTA TRADICIONAL

Existe uma polêmica em torno da palavra manejo. Alguns cientistas associam-na à manipulação das espécies das florestas, resultante da apli-

cação de conhecimentos e técnicas baseados na ciência clássica (botânica, biologia, ictiologia). Esse tipo de manejo é realizado com a ajuda dos cientistas naturais baseados no conhecimento da distribuição das espécies, de seu ciclo de vida etc.

Outros pesquisadores afirmam que as populações tradicionais também praticam o manejo. Este é entendido como a manipulação de componentes inorgânicos ou orgânicos do meio ambiente que traz uma diversidade ambiental líquida maior que a existente nas chamadas condições naturais primitivas, em que não existe presença de grupos humanos tradicionais.²⁹ Esse manejo faz parte do etnoconhecimento das populações tradicionais, resultante de seu convívio com a mata e com as necessidades de seu modo tradicional de vida, em que a acumulação de capital é reduzida e o conhecimento é transmitido de geração em geração, de forma não escrita.

Tabela 3 – Etnoconhecimento e grupos de populações tradicionais não indígenas

	Nº de publicações/%*		Total
	SIM	NÃO	
Açorianos	1	9	10
	10,0	90,0	100,0
Caiçaras	50	54	104
	48,1	51,9	100,0
Caipiras	12	17	29
	41,4	58,6	100,0
Jangadeiros	19	26	45
	42,2	57,8	100,0
Pastoreio	0	4	4
	0,0	100,0	100,0
Pescadores	15	16	31
	48,4	51,6	100,0
Quilombolas	9	9	18
	50,0	50,0	100,0
Ribeirinhos não amaz.	9	8	17
	52,9	47,1	100,0
Sertanejos	9	18	27
	33,3	66,7	100,0
Sitiantes	8	6	14
	57,1	42,9	100,0

* Porcentagem relativa ao total de publicações de cada população.
Fonte: A. Diegues & R. Arruda, *op. cit.*

²⁹ W. Balée, *Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany: the Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People* (Nova York: Columbia University Press, 1993).

Na tabela 3, constata-se que, nos trabalhos publicados sobre essas populações tradicionais, cerca de 20,2% indicam que há manejo tradicional de recursos dos ecossistemas florestais e costeiros da Mata Atlântica entre os caiçaras. Dos trabalhos sobre caipiras, cerca de 13% indicam que há manejo tradicional; dos trabalhos sobre jangadeiros, 26,7% indicam que há manejo tradicional. Entre os trabalhos sobre quilombolas, caboclos não amazônicos, sertanejos e sitiantes, as porcentagens são 22,2%, 17,6%, 14,8% e 28,6%, respectivamente.

UMA TIPOLOGIA DE EXTRATIVISMO-MANEJO-CULTIVO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Dentre os vários componentes dos aspectos sociais do extrativismo, este trabalho pretende contemplar alguns considerados relevantes para a análise do tema: o extrativismo como prática social, envolvendo variáveis culturais ligadas ao modo de vida das populações tradicionais e de pequenos produtores rurais; a força de trabalho e sua organização; e, finalmente, a organização da produção propriamente dita.

Tabela 4

Tipos de extrativismo	Tipo de produtor-coletor	Hábitat	Espécies principais	Propriedade da terra	Subsistência/venda	Conhecimentos e práticas	Tipo de mercado	Predominante nos dados do projeto Inventário dos Recursos Florestais da Mata Atlântica
Coletor	Comunidade/pequeno produtor	Interior da Mata	Ervas medicinais, palmito, caxeta, cipós, pinhão	Terras comunais, públicas, sem título definido ou áreas protegidas	Parte subsistência, parte venda	Tradicionais	Local	Palmito/bromélia/xaxim/espinaheira-santa/carqueja/pfaffia/aracária
Manejado	Pequeno produtor	Interior da Mata	Palmito, ervas medicinais, piaçaba	Terras comunais com título/propriedade privada	Maior parte para o mercado local, regional nacional	Tradicionais e introduzidos	Local/regional	Palmito/pfaffia/erva-mate
Cultivo	Pequeno produtor e empresas	Fora da Mata	Orquídeas, caju, ervas medicinais	Propriedade privada, ev. reserva extrativista	Venda	Introduzidos	Regional/nacional/internacional	Bromélia/orquídea/pfaffia/erva-mate/caju

Fonte: elaborada pelo autor.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A tabela 4 resume as principais características de cada tipo de atividade extrativista e cultivo, a partir dos trabalhos de consultoria analisados. Na primeira coluna estão assinalados os tipos de extrativismo considerados. Nas demais colunas estão as variáveis selecionadas, que foram: tipo de produtor-coletor, habitats onde o extrativismo é realizado, as espécies principais, a propriedade da terra e regimes de acesso, o destino da produção (consumo familiar e mercado), tipo de tecnologia/conhecimento envolvido, tipo de mercado e relatórios de onde as informações foram extraídas.

Pode-se verificar que essas características variam muito em função do tipo de extrativismo e cultivo. Alguns recursos podem ser explorados em mais de um tipo, mas o importante é que podem ser visualizadas formas distintas de exploração de recursos, tipos diferentes de mercado, de tecnologia e habitat em que o extrativismo é exercido.

Assim, o extrativismo-coleta é realizado principalmente por pequenos produtores rurais e comunidades locais, ao passo que o cultivo é realizado principalmente por pequenas empresas; o habitat em que se exerce a atividade extrativista-coletora é no interior da Mata, ao passo que o cultivo é feito fora da Mata; o extrativismo-coleta é feito principalmente em terras públicas, comunais, sem título definido, ao passo que o cultivo é realizado em propriedade particular; parte da produção extrativista-coletora é consumida no interior da unidade de produção, ao passo que a totalidade do produto do cultivo é comercializada fora da região; no extrativismo-coleta existem o conhecimento e o manejo tradicionais, ao passo que no cultivo existe a aplicação da ciência e da tecnologia modernas.

Como decorre da análise anterior, o extrativismo não pode ser considerado, muito freqüentemente, uma atividade autônoma e independente das outras atividades econômicas que compõem um complexo calendário de muitas comunidades rurais e costeiras da Mata Atlântica. Deve-se lembrar que, à medida que se passa do extrativismo para o cultivo, sobretudo de espécies florestais, exigindo capital e técnicas de produção e reprodução em grandes quantidades (via clonagem, biotecnologia etc.), o processo foge das mãos dos extrativistas tradicionais, passando para empresas e grandes produtores diretamente vinculados ao mercado.

1. Uma primeira conclusão: a preocupação com a conservação da Mata Atlântica deve levar à priorização de atividades extrativistas centradas em produtos não madeireiros, isto é, cuja extração se faz sem a destruição da cobertura vegetal. Uma conseqüência desse pressuposto: a conversão dos remanescentes de floresta Atlântica em lenha e carvão deve ser fortemente coibida, tolerando-se somente a extração de lenha para carvão para uso doméstico da pequena propriedade. Por outro lado, existe, por parte de comunidades tradicionais, o uso de recursos madeireiros, em pequena escala, de certas espécies utilizadas geralmente para produtos de artesanato, instrumentos de trabalho etc. (caxeta, cipós e fibras etc.), que constituem uma fonte de renda local importante.
2. A segunda conclusão é que se deve incentivar o extrativismo de espécies não madeireiras, que pode apresentar as modalidades de extrativismo-coleta, extrativismo manejado e cultivo. Essas modalidades se realizam em diversos *sistemas de produção* que implicam, no geral, formas de vida diferenciadas das pessoas neles envolvidas. Nesse sentido, o extrativismo é uma atividade integrada num calendário de outras atividades da pequena produção dos moradores da Mata Atlântica que inclui a pequena agricultura e pecuária, o artesanato, a pesca etc.
3. A terceira conclusão é que, com exceção do modo de cultivo, no extrativismo-coleta e no manejado o enfoque do estudo não deveria ser o *produto isolado*, mas o *conjunto de recursos extrativistas explorados* no interior do sistema de produção. Nos dois últimos, em geral, o extrativismo não é uma atividade única, e freqüentemente não a principal, mas uma das atividades econômicas do pequeno produtor e sua comunidade. A análise por produto é justificável sobretudo no sistema-cultivo, em que, usualmente, a espécie é produzida fora da Mata por populações não tradicionais que visam exclusivamente ao mercado.
4. Quarta conclusão: a utilização de vários recursos da Mata Atlântica tem importância *local* e *regional* e muitas vezes não constam das estatísticas, mesmo quando comercializados localmente. Além

disso, muitos desses recursos têm grande importância na economia doméstica, sendo utilizados em medicina, como ornamentos e utensílios de trabalho, constituindo parte da renda que não é desembolsada para a compra no mercado.

5. A quinta conclusão/recomendação: em vista das limitações da análise por produto anteriormente assinaladas, sugere-se que, numa próxima etapa do projeto sejam escolhidas duas ou mais áreas diversificadas sob o ponto de vista regional e também sociocultural em que se pudesse propor uma análise mais integrada do extrativismo no interior das economias locais e regionais. Entre as questões a ser respondidas por esse estudo estariam: Qual o regime de acesso aos recursos extrativistas? Qual a importância do extrativismo dentro da possível variedade de outras atividades exercidas pelo produtor rural? Qual a relação entre extrativismo-coleta, manejo e o cultivo em relação ao mercado, à composição da renda familiar e às possibilidades de conservação da Mata Atlântica? Como pode ser definida a sustentabilidade no interior das várias subculturas locais (caçara, sertaneja etc.)?

Legenda

Populações tradicionais

- Caçara
- Jangadeiros
- Pastoreio
- Caipira
- Sertanejo vaqueiro
- Açorianos
- Pescador
- Ribeirinho não amazônico
- * Quilombola

Populações tradicionais indígenas

- ▲ Área de concentração indígena



ASPECTOS DO MANEJO DE RECURSOS DA MATA ATLÂNTICA NO CONTEXTO ECOLÓGICO, FUNDIÁRIO E LEGAL

Maurício Sedrez dos Reis, Alexandre Mariot,
Rudimar Conte e Miguel Pedro Guerra

INTRODUÇÃO

No Domínio da Mata Atlântica os fragmentos com cobertura florestal secundária predominam em toda a sua extensão, refletindo um processo de ocupação e exploração desordenada. Tais áreas apresentam em sua maioria vocação tipicamente florestal, implicando a necessidade de manutenção ou recuperação da cobertura original. A conservação desses remanescentes envolve necessariamente alternativas de uso que permitam retorno econômico.¹

Alternativas que propõem a obtenção de produtos que possam ser repostos pelo próprio ecossistema num ciclo definido podem possibilitar renda aos proprietários da terra e, ao mesmo tempo, manter o equilíbrio desejado desses ecossistemas. Tal abordagem permite a obtenção de matéria-prima mesmo daquelas espécies não domesticadas ou mesmo de difícil domesticação.²

Dessa forma, este capítulo procura discutir os principais aspectos da ecologia e as possibilidades de obtenção de alguns dos principais produtos florestais da Mata Atlântica, como palmito, erva-mate, caju, piaçava, araucária, bromélias e plantas medicinais.

¹ R. A. Godoy *et al.*, "A Method for the Economic Valuation of Non-timber Tropical Forest Products", em *Economic Botany*, 47 (3), 1993, pp. 220-233; M. S. Reis & A. Mariot, "Diversidade natural e aspectos agrônômicos de plantas medicinais", em C. M. O. Simões *et al.* (orgs.), *Farmagnosia: da planta ao medicamento* (Porto Alegre: Editora da UFSC/Editora da UFRGS, 1999), pp. 39-60.

² M. S. Reis & A. Mariot, *op. cit.*